



ACÓRDÃO Nº148/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2260/2007.

Apensos: Processo nº 500/2007, 713/2007, 1678/2006, 3267/2006, 3059/2006, 3266/2006 e 3359/2006.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Advogado: Não Possui

4- Órgão: Câmara Municipal de Manaus - CMM

5- Exercício: 2006

6- Responsável: Marco Antonio Souza Ribeiro da Costa (Ordenador de Despesa)

7- Unidade Técnica: DICAD-MA e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1447/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaus - CMM. Exercício de 2006.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Marco Antonio Souza Ribeiro da Costa**, responsável pela Câmara Municipal de Manaus – CMM, referente ao exercício de 2006, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. Recomendar** à Câmara Municipal de Manaus - CMM que observe e cumpra os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM;
- 10.3. Dar quitação** ao **Sr. Marco Antonio Souza Ribeiro da Costa**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº148/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que promova o arquivamento dos presentes autos.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Março de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral